

## MECANISMOS PARA PROBLEMAS DE AÇÃO COLETIVA

Valdir Melo

Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Os problemas de ação coletiva que estão na raiz de várias políticas públicas podem ser enfrentados por meio de muitos mecanismos e instrumentos. Sugere-se aqui que sejam empregados mais extensamente e com melhores fundamentos três grupos pouco realçados nas discussões comuns: *i*) influenciar valores sociais, crenças sociais (conhecimento disseminado) e costumes (*marketing* social ou de setor público); *ii*) dar apoio à preservação da moralidade e ao desenvolvimento moral dos cidadãos; e *iii*) aprimorar a configuração física do espaço público urbano de modo a torná-lo voltado para as pessoas (*design*).

O Estado deve enfrentar os desafios de apoiar e disseminar informação de qualidade, influenciar na sociedade o desabrochar e o florescimento de valores e costumes favoráveis ao bem comum. Para tanto, deve utilizar técnicas atualizadas e profissionais de *marketing* social ou *marketing* de setor público. Sugerem-se as seguintes prioridades para iniciativas mais vigorosas: *i*) política de saúde pública, dando-se precedência a estilos de vida; *ii*) política de respeito, aceitação social e integração social das pessoas com deficiências; *iii*) política de redução das disparidades de gênero e promoção da autonomia da mulher, bem como do respeito à sua integridade corporal e mental; *iv*) política de integração social igualitária das pessoas que pertencem a raças e etnias desfavorecidas ou vitimadas por preconceitos e estigmas sociais; *v*) política de desenvolvimento; *vi*) política ambiental.

Tanto os conteúdos das políticas públicas como os processos de deliberação e decisão estão sujeitos a discórdias morais. Por isso, a argumentação moral precisa ser mais bem reconhecida como tendo um lugar permanente no processo político. Consequentemente, como tendo-o também nas etapas de formulação, proposição e avaliação de políticas públicas.

Para o esforço de envolver mais intimamente as políticas públicas com as questões de moralidade, propõe-se destacar: *i*) as áreas de saúde e medicina, higiene pública, vigilância sanitária e meio ambiente; *ii*) as mudanças da tecnologia recente; *iii*) os desafios na sociedade para integrar as pessoas com deficiência; *iv*) a política de direitos humanos; *v*) os servidores públicos, buscando-se criar e nutrir um casamento de senso de missão com adestramento moral.

Nessas áreas, promover e disseminar o conhecimento ético; o exame de casos e exemplos de problemas morais de julgamento e decisão; a discussão desses problemas; e o aprimoramento da capacidade de julgar para tomar decisões apropriadas moralmente.

É legítimo o objetivo dos cidadãos de buscar melhor qualidade de vida. E considerável parte das suas vidas sociais se dá no espaço público urbano configurado por artefatos instalados e controlados pelo setor público. A qualidade de vida nesse espaço tem a ver principalmente com a espécie de interação existente entre artefatos e seres humanos. Técnicas de delimitação do espaço e de arranjo de seus componentes (*design*) podem fazer a vida confortável para as pessoas, fornecendo-lhes beleza, prazer, quietude e relaxamento. O cidadão pode conservar uma sensação de segurança, conveniência e conforto, ao caminhar e utilizar as ruas, quando o arranjo ambiental destas desencoraja ações transgressoras de normas.